

Programa 4

Educação de Jovens e Adultos – possibilidades e desafios do presente (1)

Sonia Maria Portella Kruppa 2

Implantar a Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Brasil, nos termos defendidos por Paulo Freire, a partir de seu conceito de dialogicidade, que pressupõe o alfabetizando sujeito de seu saber e uma proposta político-pedagógica baseada em relações de cooperação e solidariedade, é uma opção política e de política educacional. Não por acaso, mais de 15 milhões de brasileiros analfabetos continuam a existir, apesar da exigência constitucional de prioridade deste atendimento e do avanço científico e tecnológico alcançado em nosso País. Quando refletimos sobre a importância da EJA na transformação social é que compreendemos as dificuldades que sua implantação implica, como política permanente num país profundamente desigual como o Brasil. A EJA, dotada de qualidade que a torne efetiva, transforma-se numa política social que ameaça o “status quo” das elites privilegiadas, com possibilidade de produzir “desobediência civil” ao não aceitar os limites impostos pela sociedade de classes:

“Ao identificar na relação autoritária um dos pilares centrais ao sistema social em que vivemos e apresentar uma alternativa para a superação desta relação, Paulo Freire vai ao ‘fígado’ deste sistema. Desafia-o naquilo que ele tem de mais sagrado. Ameaça a ‘ordem’, torna-se um ‘subversivo’ desta ‘ordem’ (...) Não é de estranhar que Paulo Freire tivesse passado 16 anos exilado sem direito sequer a um passaporte. Tivesse vivido na época de Sócrates e teria sido obrigado a tomar cicuta” (BARRETO, 1986).

Foi assim no passado e é essa sua trajetória histórica. Recordemos sua importância nos anos 60, através de algumas de suas manifestações sociais e culturais, plenas de ousadia: Movimento de Cultura Popular - MCP (iniciado no Recife, em maio/60), Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” (Natal, fev./61) Movimento de Educação de Base – MEB (CNBB, março/61), os Centros Populares de Cultura – CPC, da União Nacional dos Estudantes - UNE (março/61) e a proposta de Paulo Freire, em Angicos (Rio Grande do Norte, jan./63) (3). O alerta para a atualidade da Educação Popular, difundida nessa época, já foi dado por autores presentes nas reuniões acadêmicas, mas também nas lutas da população:

“No final dos anos 80, era usual ouvir a afirmação de que a valorização da Educação Popular significava um saudosismo de um período da história brasileira carregado de heroísmos, mas que já estava superado. A experiência concreta dos movimentos sociais e de técnicos envolvidos nas políticas sociais foi mostrando, no entanto, que a Educação Popular continua sendo instrumento importante de aperfeiçoamento das relações entre as classes populares, os movimentos sociais e o Estado”(4).

Se EJA é por excelência um ato político, EJA é também uma ação cultural. Os jovens e adultos estão imersos no mundo social e cultural. Ao trabalhar com adultos mais velhos, essa perspectiva cultural/social se faz presente com mais força.

Os motivos que os trazem para a situação de ensino-aprendizagem não se resumem a uma razão utilitarista ou instrumental de “aprender para”, simplesmente. Há outro gosto que permeia as situações de sala de aula, o gosto humano da convivência, que se revela em diferentes situações, nas histórias de vida e no desejo de continuar a conviver no grupo, independentemente da conclusão do curso. Há, em EJA, o apontar para a educação permanente como forma de ser homem e mulher:

“Para mim a educação é simultaneamente um ato de conhecimento, um ato político e um ato de arte” (5).

Nos grupos formados nas salas de EJA se mesclam diferentes idades e interesses. É preciso compreender a dinâmica dessas heterogeneidades, fator importante para a efetiva dimensão política dessa educação.

EJA está no contexto das políticas sociais de melhoria da qualidade de vida, que visam à inserção de milhares de pessoas numa sociedade de direitos. De um lado, compreender e buscar formas de superação para as discriminações de classe, de gênero, de raça e também de idade, frutos de um modelo econômico, social e político individualista e segregador, devem ser colocados no universo de seus objetivos. De outro lado, está a exigência da EJA de compreender e alargar as formas de organização presentes nas rotinas de sobrevivência dessa população, elementos de resistência a estas discriminações. Exemplificando, as formas de organização dessas populações trazem, por vezes, laços de solidariedade já não mais comuns no conjunto da vida social tal como ela se apresenta na ordem imposta pelo capital.

A sobrevivência no meio urbano ou no rural não se faz pela separação por idades, mas pelas ações interativas de diversas idades na busca dessa sobrevivência, o que é altamente rico como experiência. Os pequenos aprendem/ensinam os maiores e juntos potencializam as precárias formas de sobrevivência. Por isso mesmo, o “tempo pedagógico” na educação de modo geral e especialmente na EJA é uma questão que vem sendo discutida, ainda que não com a intensidade necessária.

Os espaços disponibilizados por esta população para a instalação de salas de aula (6), as formas de sociabilidade organizadas para viabilizá-las e a compreensão da precariedade da vida que invade a sala de aula são outros elementos presentes na implementação de programas de EJA que devem servir de referências para repensá-los, como organização educativa e curricular. As situações de convivência social são agregadoras dos diferentes (de idade, de raça e de sexo) na plenitude que caracteriza o humano e a vida. O recorte segregacionista da classe social e do sistema capitalista isola, pré-conceitua esses grupos com vistas a seu controle.

Como instituição social, a escola está organizada em séries, por idade e por determinações de conteúdo, muito mais como forma de controle e de aumento de produtividade, do que em razão de fundamento do processo de ensino - aprendizagem ou da construção de formas solidárias de viver a vida. É preciso não esquecer que EJA não

“combina” com os espaços burocratizados da escola formal. Muitas vezes, essa é a razão alegada para as escolas fecharem suas portas à EJA.

A pressão de políticas públicas comprometidas com a EJA, a prática do movimento social e, inclusive, o respaldo da contraditória legislação vigente certamente explicam que o Conselho Nacional da Educação tenha afirmado o perfil próprio dessa modalidade de ensino, com um modo de ser específico (Parecer CNE/CEB n. 11/2000).

Publicação recente sobre a EJA, cujo texto integral encontra-se disponível na Web, faz algumas considerações sobre suas conquistas e desafios, que transcrevemos a seguir por julgá-las de extrema relevância (7).

“Do ponto de vista da oferta, um elemento fundante da consolidação da EJA é a necessária orquestração entre a atuação dos governos federal, estaduais e municipais, articulando, entre outros órgãos representativos, o MEC, o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) como parceiros na construção da política pública de EJA. Isso significa, além da prioridade no acesso aos recursos federais destinados a essa modalidade, uma busca de construção coletiva das alternativas para a expansão da EJA, bem como para uma reconfiguração dessa modalidade de ensino, visando atender às especificidades dos alunos jovens e adultos. Essa articulação não se restringe aos entes federativos, pelo contrário, busca aliados entre todos aqueles que historicamente já atuam em EJA. Por outro ângulo, a questão da EJA no Brasil jamais se reduziu ao que foi feito pelos governos. O campo de atuação da sociedade civil na educação popular, por meio dos movimentos religiosos e sindicais, do setor empresarial, das associações de bairro, de moradores e de idosos, ou mesmo na tarefa de suprir o déficit de oferta de escolarização básica para os jovens e adultos, demonstra a importante contribuição desses sujeitos no campo da EJA. Portanto, os verdadeiros sujeitos da história da EJA no Brasil, além dos próprios jovens e adultos, são coletivos, representantes de governos, organizações não-governamentais, organismos internacionais, trabalhadores e patrões, sindicalistas e movimentos sociais que, de alguma forma, estão fazendo a EJA, na complexa e diversa realidade brasileira.

Esses coletivos são muito bem representados pelos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos, uma experiência rica que tem sido vivida nos movimentos internos do Brasil desde 1996, com a constituição do primeiro Fórum no Rio de Janeiro, demonstrando um vigor incomum e expressivo potencial mobilizador (...) Não há dúvida de que o movimento dos Fóruns e a tentativa de constituição da EJA enquanto política pública representam as principais expressões da educação de jovens e adultos em movimento na atualidade. Expressam as potencialidades, as tensões e os conflitos inerentes a esse movimento. Ilustram a dificuldade de atores diversos construírem uma política nacional que represente a rica diversidade de interesses e necessidades em termos étnicos, raciais, culturais, ideológicos, regionais e de gênero da população brasileira. Ilustram também a dificuldade de edificar uma política que vise articular a melhoria da qualidade dos sistemas de ensino com a construção de bases para a equidade e a inclusão social.”

“Uma das inquietações presentes na construção da EJA, enquanto política pública, tem sido a necessidade de responder a um grande vácuo existente nas propostas curriculares, no que tange ao distanciamento entre essas e o

mundo do trabalho. Os desafios da relação entre a educação e o mundo do trabalho na EJA são particularmente complexos. Uma questão que preocupa é o reducionismo dessa relação à perspectiva de emprego.

Atualmente, há iniciativas promissoras, como as desenvolvidas com base no Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e no Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. É uma tentativa de articulação com a EJA, que tem, entre outros objetivos: ‘Articular a Economia Solidária e as demais políticas públicas, em especial, aquelas relativas à elevação da escolaridade, alfabetização e educação de jovens e adultos’ (DEQ/Senaes/SPPE/MTE, 2003, p. 4).

Para que haja a efetiva integração entre EJA e o Mundo do Trabalho é preciso que os educadores e os alunos se indaguem: Como introduzir essa discussão nos currículos de EJA? Como fazer para que professores compreendam o mundo do trabalho como eixo gerador da produção de outros conhecimentos? Como contribuir para que o campo da discussão do emprego, do subemprego e do desemprego faça-se presente de forma efetiva na EJA?

Nesse sentido, a educação de jovens e adultos tem muito a aprender de sua interlocução e convivência com instâncias das organizações e movimentos populares e com os métodos desenvolvidos na educação popular, empreendidos pelas diversas entidades que atuam nesse meio: movimentos de mulheres, movimentos ecológicos, movimentos em prol da moradia popular, movimentos étnicos, movimentos partidários e sindicais, movimentos que discutem questões de gênero, movimentos que defendem as liberdades e preferências sexuais, entre outros. A riqueza de saberes que pode advir desses encontros, por si só, justifica a importância de uma estratégia de parceria baseada na dialogicidade, que presume a compreensão de uma democracia plural que abraça as diferenças e respeita a diversidade”.

Notas

1- Baseado em “A educação de jovens e adultos”, publicado em OLIVEIRA, Romuldo P. e ADRIÃO, Theresa (orgs). Organização do ensino no Brasil – níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Xamã, 2002.

2- Professora da Universidade de São Paulo. Consultora dessa série.

3- Sobre os fatos que marcaram a história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil ver BEISIEGEL (1997: 207-245) e FÁVERO (2000: 159-179).

4- Editorial do Boletim do Grupo de Trabalho de Educação Popular da ANPED: Boletim do GT de Educação Popular, ANPED, 1998.

5- Paulo Freire, cf. Cit. In: McLAREN, Peter. Paulo Freire e o Pós Modernismo. Educação e Realidade, Porto Alegre, 12(1):13 - 13, jan./jun. 1987.

6- Na instalação do MOVA/Diadema-SP, um proprietário de pequeno bar, no centro de uma favela, fechava suas portas em horário de pico do movimento comercial (das 19:00h às 21:00h) para transformar o espaço em sala de

aula. Os que vivem a EJA, certamente têm inúmeros exemplos como esse, que de certa forma rompem com a lógica capitalista de ganhar sempre e a qualquer custo.

7- IRELAND, Timothy D., MACHADO, Maria Margarida e IRELAND, Vera E.J. da Costa. Os desafios da educação de jovens e adultos: vencer as barreiras da exclusão e da inclusão tutelada”. In: KRUPPA, Sonia M. P. (org). Economia Solidária e Educação Jovens e Adultos, disponível em <http://www.inep.gov.br>, consulta realizada em 29/08/05.

SALTO PARA O FUTURO / TV ESCOLA

WWW.TVEBRASIL.COM.BR/SALTO